

# «Sem organização e resistência, não alcançaremos as mudanças necessárias»

**Entrevista a Raquel Azevedo, trabalhadora de call-center e ativista contra a precariedade.**

---

A Armatis é uma empresa de contact-center que emprega mais de 10 mil pessoas em diversos países. Em janeiro de 2019 foi criada a primeira comissão de trabalhadores do grupo no Porto.

## **Que motivos levaram à criação da Comissão de Trabalhadores?**

Em primeiro lugar, a grande necessidade de defender e preservar os direitos dos trabalhadores. Sendo que neste caso do setor dos call-centers a legislação é escassa, o que impossibilita muitas das vezes uma negociação organizada com as entidades patronais. Estamos a falar de um setor que em Portugal emprega já mais de 50 mil pessoas, na sua grande maioria sujeitas a níveis muito altos de exploração, quer em matéria de horários e direito laborais como no que se refere aos ganhos salariais. Ocorreram avanços importantes nos últimos anos na organização destes trabalhadores. A criação de mais comissões de trabalhadores é um passo fundamental para que essa organização se possa fazer sentir no plano da negociação coletiva, assim como no avanço de um caderno reivindicativo nacional para um setor movido por uma força de trabalho essencialmente jovem e qualificada.

## **Algum dos trabalhadores tinha já experiência de participação em comissões de trabalhadores?**

Havia duas pessoas que já tinham estado ligadas a comissões de trabalhadores e a sindicatos, mas não de uma forma muito participativa. Logo, todo este processo foi uma grande novidade para a maioria dos envolvidos. Foi necessário consultar a legislação, falar com ativistas sindicais de outras áreas, estabelecer um calendário, dividir tarefas. No processo, mais trabalhadores se envolveram e

manifestaram a sua solidariedade e intenção de participação em ações futuras.

### **Que dificuldades enfrentaram no processo?**

Processos como estes são sempre feitos de avanços e recuos. O esforço de coordenação e comunicação nem sempre é o mais fácil e, muitas vezes, não chega a bom porto. É preciso insistir, sempre. A condição de precariedade objetiva destes trabalhadores faz com que a indisponibilidade e insegurança levem a uma maior inação. A pressão e o desgaste diário da profissão são sempre fatores complicados.

### **Tiveram o apoio de algum sindicato para a criação da Comissão de Trabalhadores?**

Não, neste caso foi tudo tratado e feito pelos próprios trabalhadores, havendo, como disse, a ajuda dos que já tinham alguma experiência sindical. Isto não se traduz em nenhum sentimento antissindical, pelo contrário. Esperamos que este primeiro passo possa significar um maior envolvimento nas lutas que abrangem todos os trabalhadores na luta contra a precariedade.

### **Quais os próximos passos?**

Os próximos passos são de definição do que esta comissão quer junto de todos os trabalhadores, defendendo e batendo-se pela defesa dos direitos laborais, mas também de aproximação com outros trabalhadores, assim como de possíveis sindicatos ligados a este setor. Só assim será possível crescer e fortalecer a defesa das leis laborais e contribuir para a alteração de leis neste setor que possam transformar e melhorar as condições destes e de todos os trabalhadores. No caso do outsourcing, em particular, é necessário um grande combate às práticas fraudulentas usadas pelos grandes grupos para precarizar as condições de trabalho.

A luta no grupo Altice (MEO) já provou que é possível uma maior união entre os trabalhadores do quadro e a enorme mancha de subcontratados. Sabemos que à esquerda há programa e vontade para combater este cenário de precariedade, como sabemos também que o Partido Socialista preferiu aliar-se à direita para manter, no essencial, as leis laborais da troika. Sem organização e resistência dos próprios trabalhadores, não alcançaremos as mudanças necessárias.